

Aprovado!
Unanimidade!
gr



5.ª Comissão Permanente
Comissão de Descentralização e Obras Municipais

Parecer

Relativo à Proposta n.º 683/2014 – “Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Areeiro, e aprovar a respectiva minuta de contrato”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____
EN. 3749/SG/DAOSM/GAAM/_____
DATA 05/12/14
Alexandre Fernandes



1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 683/2014¹, subscrita pelo Vereador com os Pelouros da Higiene Urbana e das Estruturas de Proximidade, Duarte Cordeiro, e pelo Vereador com os Pelouros do Desporto, das Obras e dos Sistemas de Informação, Jorge Máximo², submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa [AML], para efeitos de autorização³, a celebração de dois contratos de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Areeiro – bem como a aprovação das respectivas minutas –, tendo em vista a realização dos seguintes trabalhos:

- i) Requalificação paisagística da área expectante da Avenida Afonso Costa – Acesso aos SSCML, incluindo a melhoria das acessibilidades e instalação de sinalização;
- ii) Recuperação Biofísica da escarpa da Avenida Afonso Costa, com revestimento vegetal;
- iii) Requalificação paisagística da área expectante da Rua Jorge Castilho, com a introdução de mobiliário urbano, pavimentação, plantações e sementeiras, bem como implementação do sistema de rega automatizado;
- iv) Requalificação paisagística da área expectante da Rua Sarmento de Beires, assente na criação de estacionamento temporário e de apoio à actividade desportiva do pavilhão do Casal Vistoso;
- v) Execução das infra-estruturas e arranjos exteriores na praça sita na Avenida de Roma, na ligação com a entrada principal da Piscina Municipal do Areeiro.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, para a 5.ª Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017⁴.

¹ Doravante designada apenas por Proposta.

² A Proposta foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 12 de Novembro de 2014.

³ Nos termos e ao abrigo do preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

⁴ Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.



2. CONSIDERANDOS

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Junta de Freguesia do Areeiro procederam a uma reavaliação das receitas e custos associados às competências transferidas por força da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, tendo resultado um *superavit* de € 1.000.000,00 a favor da Freguesia do Areeiro (cfr. Anexo L referente aos “Valores Financeiros Associados” que integra o Auto de Efectivação da Transferência de Competência n.º 1/JFARE/2014, celebrado entre o Município e aquela Freguesia, citado nos Considerandos da Proposta e das Minutas que a acompanham).

Por esta razão, as referidas autarquias locais comprometeram-se a identificar mecanismos de ajustamento para o ano em curso, estabelecendo a possibilidade de assunção de novas delegações de competências em áreas consideradas de interesse mútuo.

Nesse âmbito, a CML e a Junta de Freguesia do Areeiro consideram de interesse público mútuo e prioritário a manutenção e a execução das acções/trabalhos acima explicitados.

Ora, os actos/operações materiais *supra* elencados traduzem-se no exercício de competência da CML cuja delegação na Freguesia do Areeiro se pretende agora contratualizar por via dos dois contratos interadministrativos de delegação de competências ora propostos, os quais habilitarão a Junta de Freguesia do Areeiro a promover a execução dos trabalhos em causa.

Nos termos do disposto nos nºs 1, 2 e 5 do artigo 115.º, *ex vi* do artigo 122.º, ambos do regime jurídico da delegação de competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Novembro, tais contratos devem prever os recursos patrimoniais e financeiros necessários ao exercício das competências delegadas (*vide* Cláusula 6.ª do contrato vertente).

De acordo com o estipulado na Cláusulas 5.ª das duas minutas de contrato, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas consistem no seguinte:



- i) Para as operações necessárias à execução das infra-estruturas e dos arranjos exteriores na praça sita à Avenida de Roma, na ligação com entrada principal da Piscina Municipal do Areeiro: utilização, no ano de 2014, do *superavit* acima explicitado até à quantia de € 159.000,00, acrescida do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal aplicável;
- ii) Para a Requalificação paisagística da área expectante da Avenida Afonso Costa – Acesso aos SSCML, incluindo a melhoria das acessibilidades e instalação de sinalização: utilização do *superavit* até ao montante de € 15.900,00;
- iii) Para a Recuperação Biofísica da escarpa da Avenida Afonso Costa, com revestimento vegetal: utilização do *superavit* até € 35.000,00;
- iv) Para a Requalificação paisagística da área expectante da Rua Jorge Castilho, com a introdução de mobiliário urbano, pavimentação, plantações e simenteiras, bem como implementação do sistema de rega automatizado: utilização do *superavit* até ao montante de € 16.960,00;
- v) Para a Requalificação paisagística da área expectante da Rua Sarmento de Beires, assente na criação de estacionamento temporário e de apoio à actividade desportiva do pavilhão do Casal Vistoso: utilização do *superavit* até ao montante de € 15.900,00.

Todas as verbas acima referidas serão revistas em função dos comprovativos de despesa apresentados.

Da celebração dos contratos em análise, resulta ainda que:

- i) A Junta de Freguesia do Areeiro procederá à execução dos trabalhos já identificados em estrita conformidade com os projectos e peças desenhadas fornecidas pela CML ou nas condições que lhe sejam indicadas por esta última;
- ii) A Junta de Freguesia do Areeiro apresentará relatórios de execução dos trabalhos a realizar ao abrigo dos contratos em causa;
- iii) No que concerne ao contrato de delegação de competências que visa a execução das infra-estruturas e dos arranjos exteriores na praça sita à Avenida de Roma, na ligação com entrada principal da Piscina Municipal do Areeiro, salienta-se que a Junta de Freguesia se comprometerá a elaborar as



peças dos procedimentos pré-contratuais, prestando a CML todo o apoio técnico para o efeito e comprometendo-se ainda a elaborar os projectos de arquitectura e especialidades necessários;

- iv)* Em relação ao contrato que tem como finalidade a realização das demais obras já enunciadas, importa notar que a Junta de Freguesia do Areeiro se obriga a elaborar e lançar os procedimentos pré-contratuais conducentes à celebração dos respectivos contratos, elaborando as respectivas peças com o apoio técnico da CML, comprometendo-se esta última a elaborar os projectos de execução e os cadernos de encargos necessários.

Por fim, refira-se que o período de vigência dos aludidos contratos coincidirá com a duração do mandato autárquico e a sua produção de efeitos iniciar-se-á no dia da sua outorga.

3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 5.^a Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

4. CONCLUSÕES

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e da alínea *l*) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017, compete à AML autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a CML e as Juntas de Freguesia.

Analizada a Proposta, bem como os documentos que a acompanham, a 5.^a Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais emite parecer favorável, devendo, no entanto, os relatórios de execução dos trabalhos previstos nos dois contratos de



delegação de competências ser enviados pela CML à AML, no quadro das suas competências de acompanhamento e fiscalização.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Pelo exposto, infere-se que a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML.

5. ANEXOS

O Deputado Municipal Relator considerou desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado pelos demais Deputados e Grupos Municipais.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2014.

O Presidente da 5.ª Comissão,

Miguel Coelho

O Deputado Relator,

Miguel Teixeira